

## ATA DA MILÉSIMA OCTOGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e treze, às 15 horas, na sede da Matriz da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída por fusão autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do Presidente Rubens Rodrigues dos Santos e dos Diretores João Carlos Bona Garcia, Marcelo de Araújo Melo e Sílvio Isopo Porto, realizou-se a milésima octogésima nona (1.089ª) reunião ordinária da Diretoria Colegiada da Conab. O Presidente - na forma do disposto no inciso IV, Art. 20, do Estatuto Social - abriu a reunião justificando a ausência do Diretor Rogério Luiz Zeraik Abdalla e solicitou à equipe da Audin e Cojur que apresentasse o relatório referente ao andamento do caso Uberlândia. O Diretor de Operações e Abastecimento, antes do relato da equipe, se posicionou contrário à mudança de procedimentos pela Conab. O Grupo comunicou que a empresa sócia líder do consórcio, Enterpa, está em vias de falência. O representante do Mapa designado a orientar a Conab neste caso, manifestou opinião de que se façam todos os procedimentos jurídicos e administrativos novamente em nome das empresas e não do consórcio construtor. E recomendou à Conab que anule o ato de recebimento da obra. A Audin e a Cojur emitiram seus pareceres técnicos sobre o assunto, aconselhando a Diretoria a se resguardar, a não anular o recebimento da obra, aplicando ao consórcio as penalidades que estão sob sua alçada e repassando o caso para as autoridades competentes. O Diretor de Política Agrícola e Informações sugeriu que se não há acordo na esfera do Governo, então, que o processo seia encaminhado à AGU. O Colegiado deliberou sobre o assunto, decidindo tomar as seguinte medidas: a) Votou pela contratação de uma perícia jurídica "ad perpetuam rei memoriam" para que se faça desde já a avaliação do estado da obra do Armazém de Uberlândia por autoridades não ligadas à Conab. b) Votou por negativar o cadastro do Consórcio Construtor a fim de que este seja impedido de realizar novas contratações com a Conab. c) Votou por notificar o Ministério Público Federal e a AGU, entendendo que as recomendações do Ministério Supervisor não se aplicam no sentido de resolver a questão e resguardar a Companhia. Passou-se, então, aos comunicados da Diretoria. O Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização informou o Colegiado sobre o caso de um empregado da Matriz que em 5 anos entrou na justiça e conseguiu 10 níveis salariais, visto que a procuradoria perdeu o prazo estipulado para defesa da Companhia. O Procurador-Geral comentou alguns outros casos em que os prepostos da Conab não comparecem às audiências ou depõem contra a própria Companhia. O caso de Roraima também foi comentado, em que a própria psicóloga da Conab manifestou-se favorável à acusação feita à Superintendente. O Chefe da Audin sugeriu a abertura de "Sindicância Patrimonial" para apurar possíveis casos de fraudes relacionadas a essas defesas "contrárias" por parte de funcionários da Conab. Argumentou que é necessário investigar a possibilidade de que empregados estejam recebendo algum tipo de vantagem ao depor contra a Companhia, em favor do recebimento de valores por colegas aos quais prestam defesa. Outro caso foi relatado pelo Diretor de Política Agrícola e Informações, observando que a CGU recomendou à Sureg do Paraná que fizesse um levantamento da CPR, ao que a própria Sureg, através de sua Procuradoria, respondeu concordando com as acusações e

9/

Auf or O



responsabilizando em maior instância ainda a Conab pelas falhas acusadas. Em relação às acusações de operações irregulares na Companhia, o Diretor da Diafi expôs a preocupação da equipe de apurações em relação às suspeitas de irregularidades nos processos de PEP laranja. O Colegiado deliberou por notificar o Ministério, encaminhando o assunto ao Secretário Executivo do MAPA, que está substituindo o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Comunicou ainda que sua Diretoria está fazendo a fiscalização do PAA, contando com a colaboração da Dipai, no que tange ao repasse das informações necessárias. Sobre a questão das reformas do prédio da Matriz, apresentou ao colegiado o panorama da relação de empregados por área e o espaço ocupado por cada empregado. Em relação às contas telefônicas dos gestores, o Colegiado decidiu que seja revista a norma que versa sobre o assunto. Quando em viagens regionais ou internacionais, ficou autorizado que a Conab reembolse os gastos dos gestores com as despesas relativas a trabalho, visto que em viagens internacionais, por exemplo, as taxas extrapolam em muito os valores mensais ordinários. Na próxima Redir, o Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização apresentará um voto estabelecendo valores a serem recebidos por Superintendentes e Diretores para gastos mensais com contas telefônicas. O Diretor de Operações e Abastecimento comentou os resultados das realizações dos leilões nos últimos dias. O Diretor da Dipai informou que está chovendo muito nas regiões determinadas para serem os polos de remoção de milho. O Diretor da Dirab, diante dessa exposição, comunicou a necessidade de se informar à Casa Civil e às demais autoridades envolvidas para se rever todo o programa emergencial na Região da Sudene. Após estes comunicados, o Presidente solicitou ao Superintendente da Sudep que posicionasse o Colegiado sobre o andamento da Avaliação de Desempenho. Este informou aos Diretores que eles devem fazer a avaliação dos empregados subordinados e dos seus pares até sexta-feira. Apresentou ainda a questão da remuneração dos dirigentes para o Colegiado analisar e que deverá ser submetida ao Conad. Findos os comunicados, passou-se aos votos constantes na pauta: 1) Voto Diafi nº 049-2013 ata da 220ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada. Proposta de estabelecimento de horários para acesso ao edifício sede, pela porta lateral que dá acesso ao estacionamento. Feita a exposição de motivos, o Colegiado deliberou por acatar o estabelecimento de horários especiais de abertura da porta lateral do edifício sede, tendo 2) Voto Diafi nº 050-2013. Processo Sureg/RO Nº aprovado. o Voto 21219.00033/2013.05. Contratação de empresa especializada para prestação de servicos de Malote (coleta transporte e entrega de correspondência agrupada), para atender a Sureg/RO. Feita a exposição de motivos, o Colegiado deliberou por contratar a empresa em questão, tendo sido o Voto aprovado. 3) Voto Dipai nº 010-2013. Processo nº 21200000753/2013-61. Aprovação da Norma da Organização - NOC - Sistema de Operações, referente à execução de ações no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, modalidade Compra com Doação Simultânea da Agricultura Familiar. Feita a exposição de motivos, o Colegiado deliberou por aprovar a Norma de Organização NOC em questão, tendo sido o Voto aprovado. 4) Voto Dipai nº 011-2013. Processo nº 21200000752/2013-17. Aprovação da Norma da Organização - NOC -Sistema de Operações, referente à execução de ações no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, modalidade Apoio à Formação de Estoques. Feita a exposição de motivos, o Colegiado deliberou por aprovar a Norma de Organização NOC em questão, tendo sido o Voto aprovado. Nada mais havendo para tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Elenice Lobo Santos Ribeiro, Chefe de



Suf of O



Gabinete, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Diretoria Colegiada e por mim.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

SÍLVIO ISOPO PORTO Diretor de Política Agrícola e Informações MARCELO DE ARAÚJO MELO Diretor de Operações e Abastecimento

ELENICE LOBO SANTOS RIBEIRO Secretária